

CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E A SUA INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR.

Autores:

Kiangebeni Ndombasi "Manuel"¹

Alberto Mahula Francisco²

Mónica Piedosa António Manuel³

1. Doutor em Ciências Biomédicas, Mestre em Urgências Médico-cirúrgicas, Médico Especialista em Otorrinolaringologia e Professor Universitário.

2. Mestre em Economia e Gestão da Educação e Professor Universitário.

3. Mestre em Ciências Pedagógicas e Professora Universitária.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a problemática das crianças com necessidades especiais, com o objectivo de analisar a política da educação inclusiva dentro do contexto de socialização e de aprendizagem, na articulação do processo de identificação e diagnóstico de necessidades especiais; a partir das concepções históricas, filosóficas e psicopedagógicas, fundamentadas na Política educacional, observando sistematicamente o interesse e o comportamento das crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais no quotidiano na sala de aula, cujas metas foram alcançadas através do uso da metodologia qualitativa, apoiada pela técnica bibliográfica que permitiu colectar dados importantes dispostos em arquivos bibliográficos, honra publicados e editados por diversos autores interessados no estudo da problemática referente a criança com necessidade especiais.

Palavra-chave: CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS, INCLUSÃO, ENSINO REGULAR.

1. INTRODUÇÃO

Todos somos diferentes, os outros são altos, os outros baixinhos, os outros negros, outros brancos, outros gordos e outros magros. Este é a lei da vida. Não há diferenças melhores ou diferenças piores. O que há é a diversidade humana. Outros vem ao mundo com necessidades especiais, não por isso que o mundo esta no fim. O conceito de inclusão vem da ideia de que as pessoas nascem com diferenças que se acentuam e se modificam. E as necessidades especiais são apenas uma

característica. Crianças com necessidades especiais precisam de serviços de educação especial e programas educativos individuais.

A maioria dos cuidadores das crianças com necessidades especiais ainda permanece sem suporte e por isso precisam ser incluídas no planejamento e execução do cuidado dentro da instituição.

Crianças especiais são aquelas que requerem cuidados adequados às suas diferenças. Assim sendo, são consideradas crianças com necessidades especiais todas as que apresentam os seguintes problemas:

- Desempenho notável e potencialidades superiores em um ou mais dos seguintes aspectos: nas capacidades intelectuais gerais, nas aptidões acadêmicas específicas, na capacidade de pensamento criativo ou produtivo, no talento especial para artes, nas capacidades psicomotoras e capacidades de liderança (Superlotação);
- Transtorno do desenvolvimento e que afecta as habilidades de comunicação e interacção e se caracteriza, em geral, por padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e actividades (Autismo);
- Alteração genética cromossómica do par 21 que traz como consequências características físicas marcantes e implicações tanto para o desenvolvimento fisiológico quanto para a aprendizagem (Síndrome de Down). **(PATRÍCIA, 2009)**.
- Deficiência Física/Motora: Este tipo de deficiência é caracterizada pela alteração completa ou parcial de um ou mais partes do corpo humano que levam à redução ou perda de funções motoras e/ou fala. Estas deficiências podem decorrer de mal formações, lesões neurológicas e lesões neuromusculares. Engloba vários tipos de limitações motoras, como hemiplegia, paraplegia, tetraplegia, paralisia cerebral, Patologias degenerativas do sistema nervoso central e amputações, entre outras.
- Deficiência Mental/Intelectual: Esta é a deficiência que provoca uma alteração no funcionamento psiconeuromotor e intelectual, podendo apresentar limitações associadas a diferentes áreas como: a comunicação, o cuidado pessoal, as habilidades sociais, de trabalho e académicas, entre outras. Ela manifesta-se antes dos 18 anos e caracteriza-se por registar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, com limitações associadas

a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade.

- Deficiência Auditiva: Redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade. Ela pode ser classificada de diferentes níveis: Perda de audição leve, moderada, acentuada, severa, profunda e perda total de audição.
- Deficiência Visual: Redução ou ausência total da visão, podendo ser dividida em baixa visão ou cegueira.
- Surdo Cegueira: Deficiência única, que apresenta a perda da visão e da audição concomitantemente em diferentes graus.
- Deficiência Múltipla: Associação de duas ou mais deficiências. Exemplo: deficiência intelectual associada a deficiência física.
- Deficiência Psicossocial: Também chamada deficiência psiquiátrica ou deficiência por saúde mental. Na deficiência psicossocial, há sofrimento psíquico associado a quadros de depressão, síndrome do pânico, esquizofrenia, transtornos de personalidade, autismo, etc.

2. TERMINOLOGIA NO TRATAMENTO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

PORTADOR

Devemos ficar atentos à evolução histórica dos termos: Termos como: “portador de deficiência”, “pessoa portadora de deficiência”, ou “portador de necessidades especiais” não são mais utilizados. A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa. A pessoa não porta uma deficiência, não carrega uma deficiência nas costas, ela “tem uma deficiência” e, antes de ter a deficiência, é uma pessoa como qualquer outra. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Ou seja, a pessoa só porta algo que ela pode deixar de portar. Por exemplo, não dizemos que uma pessoa “é portadora de olhos azuis”, dizemos que ela “tem olhos azuis”.

“Portador do Vírus HIV / da Aids”: Assim como portador de deficiência, essa é uma expressão inadequada que a mídia insiste em utilizar. No caso do HIV/Aids, para evitar uma conotação preconceituosa, aconselha-se usar "pessoa vivendo com HIV" ou "seropositiva" ou ainda "pessoa vivendo com Aids", já que estar infectado pelo vírus HIV não significa necessariamente ter a doença Aids.

ATITUDES DAS FAMÍLIAS NO DIAGNÓSTICO

A informação do diagnóstico nos pais é muitas vezes considerada como um choque de aprender que seu filho tem problemas de retardo de desenvolvimento psicológico e também o uso de termos técnicos e linguagem rebuscada faz com que o cuidador não possa compreender todas as informações necessárias. Exemplo de uma senhora, mãe dos gêmeos que nasceram surdos, causada durante a gravidez por um DJ devido a poluição sonora e a mãe deveria aprender a linguagem dos surdos para lidar com os filhos. Por isso a mulher grávida tem acesso prioritário aos cuidados de saúde em consultas específicas que visam a prestação de cuidados integrados e globais, durante o período de gestação e puerpério.

DIFICULDADES NAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

São inúmeras as dificuldades interpostas nestas famílias. Muitas às vezes, é preciso que um dos pais deixa o emprego para cuidar de seu filho com necessidades especiais durante um longo período. Exemplo das mães que tem filhos com necessidades especiais que estudam na escola inclusiva do Rangel em Luanda, ficam de Plantão fora da escola até a saída dos filhos e outras tornaram vigilantes da escola a custo zero. Apesar de que dependendo do diagnóstico, a criança com necessidades especiais é geralmente supervisionada por uma equipe de especialistas: fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicoeducadores, assistentes sociais, fisioterapeutas, etc. Isso significa que ele frequentemente tem consultas para obter tratamentos apropriados.

Algumas dicas podem ajudar os pais na convivência com às necessidades exclusivas de seus filhos. Por exemplo, criar um grupo de apoio dos pais cujos filhos têm o mesmo problema que o seu, Construa uma rede de apoio e de ajuda mútua para levar ânimo e esperança ao paciente e à família, por meio do acolhimento e compreensão da assistir o cuidador no sentido de conscientizá-lo sobre a importância de dividir responsabilidades, de aceitar apoio da família, amigos e vizinhos para diminuir a sobrecarga que ele assume e os pais devem manter uma adequada relação entre a tríade (criança, família e profissionais) facilita a conscientização sobre a extensão e a gravidade da doença, a adesão ao tratamento e a confiança entre todos os envolvidos **(BELTRÃO 2007)**.

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DIFERENTE

O atendimento as crianças que apresentam diferenças físicas, motoras, sensoriais, mentais e emocionais significativas em relação à restante população mostra as influências da evolução de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes áreas de actividade social.

As experiências vivenciadas na infância são fundamentais na formação do ser humano. É um facto que o que se aprende nessa fase pode deixar marcas para o resto da vida. Mas a verdade é que o atendimento educacional na infância sempre primou pela improvisação.

Hoje em dia, com a inserção maior das mulheres no mercado de trabalho, a procura por creches e pré-escolas aumentou sensivelmente. As directrizes curriculares já foram lançadas e se reconhece a urgência de especializar os professores que actuam nessa área.

Levando em conta que é nas creches e pré-escolas que muitas crianças passam a maior parte do dia, é essencial que sejam atendidas por profissionais que lidem bem com todas as tonalidades da educação infantil, que saibam o que (e como) estimular numa criança em determinada idade e de necessidades especiais. É preciso, sobretudo, chamar os pais à escola, fazê-los participar do processo, para que eduquem seus filhos com maior segurança e sintam sua responsabilidade dividida com gente que entende do riscado.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Sabe-se que existem varias leis que garantem o acesso e permanencia do aluno com necessidade especial no sistema regular de ensino, contudo encontramos muitas barreiras que impedem que estas políticas de inclusão sejam realmente efectivadas.

Movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formação de uma política de integração e de educação inclusiva, sendo que o seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em Junho de 1994. Este evento teve como culminância a “Declaração de Salamanca”, da qual transcrevem-se, a seguir, pontos importantes, que devem servir de reflexão e mudanças da realidade actual, tão discriminatória. “Acreditamos e Proclamamos que”:

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades;
- Escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efectiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional **(UNESCO,1994)**.

Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efectivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível (necessária) uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, a falta de preparação dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

3. INCLUSÃO DAS CRIANÇAS ESPECIAIAS NOENSINO REGULAR

3.1. A PERSPECTIVA INCLUSIVA

Todas as crianças são diferentes e especiais. Cada criança tem o seu próprio ritmo de desenvolvimento e as suas próprias necessidades educativas, que devem ser respeitadas. Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. E as políticas educacionais, descreve-se uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Por outro lado, é importante ressaltar que a garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros factores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente no acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efectivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades e na valorização das diferenças. Esta valorização se efectua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e colectiva, bem como pelo respeito ao acto de aprender e de construir. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino **(ELZABEL; MARIA 2008)**.

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino tem sido um assunto bastante discutido, tanto no segmento educacional quanto no social, no entanto falar de inclusão não é tarefa fácil, porém necessária. Inclusão pressupõe que todos, sem excepção, devem participar da vida académica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos indiscriminadamente (aleatoriamente). Implica num sistema educacional que reconheça e se prepare para atender todos os alunos.

O princípio fundamental da proposta inclusiva é a igualdade que possui fundamento constitucional e deve ser respeitado formal e materialmente, de modo que todos recebam o devido tratamento, independentemente de cor, raça, sexo, etc. Como qualquer cidadão, as crianças com necessidades especiais têm o direito à atenção integral à saúde e podem procurar os serviços de saúde quando necessitarem de orientações ou cuidados em saúde, incluindo serviços básicos de saúde como imunização, assistência médica ou odontológica, ou ainda serviços de atenção especializada, como reabilitação e atenção hospitalar. A sociedade se torna inclusiva quando considera todos com igualdade de valor. A inclusão escolar fundamenta-se no princípio democrático de uma escola para todos, sem discriminação.

Encorajar a inclusão não é suficiente; é preciso uma planificação. Prever as acomodações, os equipamentos, os espaços, os materiais, os recursos, etc., tem de constituir uma condição básica para a sua realização, chamando para colaborar todos os professores e respectivamente todas as actividades escolares e extra-escolares. Antes de a inclusão se operar, é necessário que se estabeleça um consenso de todos os professores, e não só de alguns, explorando em conjunto e em todos os seus limites todo o plano de integração.

O aparecimento, da perspectiva inclusiva decorre fundamentalmente das críticas que foram sendo desenvolvidas por diversos autores à integração e às práticas educativas que legitimou, continuando a permitir que alguns alunos não frequentassem a escola quando esta não dispunha de meios humanos e materiais capazes de responder com eficácia às suas necessidades.

Na perspectiva inclusiva, as dificuldades são agora entendidas como decorrendo de limitações existentes no currículo (planificado ou não) oferecido a todos os alunos e, nessa medida, implicam que a escola desenvolva processos de inovação e mudança curricular que respondam com eficácia a todos os alunos que a frequentam.

Preconiza-se, portanto, uma abordagem mais ampla das dificuldades educativas dos alunos, centrada na organização, desenvolvimento e implementação de currículos que melhorem as condições de aprendizagem de todos e na qual, as dificuldades de alguns alunos constituem referentes indicadores a ter em conta nos processos de mudança necessários a uma boa aprendizagem.

Assim, as dificuldades que alguns alunos experimentam no seu processo educativo podem constituir fontes importantes no que diz respeito à compreensão das limitações existentes no currículo escolar, sendo, portanto, perspectivadas de forma positiva, uma vez que desencadeiam processos de mudança curricular que poderão melhorar a aprendizagem de todos os alunos. Os autores que preconizam esta perspectiva entendem que é fundamental o desenvolvimento de um trabalho de cooperação entre os diferentes intervenientes no processo educativo (docentes, órgãos de gestão, e técnicos especializados), uma vez que a análise conjunta das limitações do currículo existente permitirá a identificação das dificuldades que alguns alunos experimentam no seu processo educativo e a definição das mudanças necessárias a introduzir no currículo.

Convém notar que, esta perspectiva que preconiza uma escola inclusiva, capaz de reconhecer e satisfazer as necessidades dos seus alunos implica, necessariamente, o afastamento de uma visão tecnicista das dificuldades dos alunos (a habitual procura do método de ensino certo, das estratégias e dos materiais que serão mais eficazes para determinado aluno) e a adopção de uma nova abordagem que valoriza os factores contextuais, culturais e estruturais inerentes ao processo de ensino aprendizagem.

Nessa medida, trata-se fundamentalmente de reequacionar as percepções que cada educador tem sobre a aprendizagem, sobre os alunos e sobre determinados alunos que apresentam qualquer situação de desvantagem educativa, de forma a tomar consciência da eventual influência que a perspectiva do défice continua a ter na prática pedagógica dos professores e na atitude das escolas.

Assim, os professores que pretendem promover a aprendizagem de todos os alunos deverão necessariamente estar disponíveis para realizar processos críticos de reflexão sobre as práticas pedagógicas que desenvolvem, de forma a poderem identificar eventuais aspectos que exige mudar ou aperfeiçoar.

É portanto à escola, enquanto instituição responsável pela educação de todos os alunos, e aos professores em particular, que este desafio da educação inclusiva se coloca com particular ênfase: respeitar os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, perspectivando-os como potencialmente activos, capazes de aprender e facilitadores de processos de mudança em termos pessoais e profissionais.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino constitui uma inovação educativa actualmente defendida, a qual surge na sequência de princípios que se têm vindo a preconizar desde a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986. Desde então se aponta para a necessidade de garantir a igualdade de acesso e sucesso educativos a todos os alunos e, nesse sentido, já nas últimas décadas do século passado, se desenvolveram processos que visavam a integração escolar dos alunos com necessidades educativas especiais **(ELZABEL; MARIA 2008)**.

Tendo também como preocupação fundamental a educação de todos os alunos, a perspectiva que preconiza uma escola inclusiva abrange, no entanto, não apenas aqueles que apresentam necessidades educativas especiais, mas também todos os que provêm de contextos étnico-culturais diferentes. Esta perspectiva fundamenta-se em pressupostos inovadores já que as diferenças dos alunos na

aprendizagem são equacionadas como positivas, uma vez que permitem desencadear processos de mudança na forma como as escolas e os professores organizam o currículo.

Preconizar uma escola inclusiva não significa, no entanto, que todos os alunos devam participar no currículo comum e atingir os níveis académicos neles previstos. De facto, existem crianças e jovens com problemáticas mais profundas que necessitam de processos educativos específicos, os quais devem ser equacionados no contexto escolar, embora não necessariamente na sala de aula.

Com efeito, uma vez que o acto educativo tem como finalidades últimas a integração/adaptação na sociedade e o desenvolvimento da autonomia, à escola compete a educação de todos os cidadãos. Nesse sentido, não pode restringir-se à escolarização de alguns, devendo garantir de forma efectiva a educação de todos.

No entanto, a implementação prática destes princípios constituiu e constitui ainda um processo difícil lento, uma vez que as escolas e os professores não estão suficientemente preparados para as exigências que uma escola inclusiva supõe. De facto, esta exige que se desenvolva, na escola, uma cultura e uma dinâmica organizacionais baseadas na colaboração entre profissionais e entre estes e outros agentes educativos, designadamente os pais. Exige ainda mudanças significativas em termos de atitudes, capacidades e conhecimentos dos docentes, no sentido de desenvolverem práticas pedagógicas que respeitem, reconheçam e valorizem as diferenças individuais.

Docentes de diferentes níveis de ensino manifestam frequentemente preocupações, dificuldades, e carências em termos de formação para desempenhar eficazmente as competências que actualmente lhes estão atribuídas neste domínio. Com efeito, a maior parte das reservas expressas pelos professores em relação a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais decorrem de preocupações com a falta de condições estruturais nas escolas e com a ausência de preparação profissional. Neste contexto, a inclusão é percebida e vivida, por vezes, como fonte de insatisfação pessoal e profissional, devido a sentimentos de frustração e insegurança, evidentes nos receios que manifestam sobre a relação pedagógica com estes alunos e sobre os processos de ensino mais adequados. Por outro lado, os docentes revelam, muitas vezes, representações negativas sobre as possibilidades educativas destes alunos que, necessariamente, influenciarão a relação pedagógica e o próprio desempenho dos alunos.

A inclusão pode conduzir ainda a um aumento de trabalho e de dificuldades na prática pedagógica, nomeadamente na organização do processo de ensino/aprendizagem, no que respeita à planificação para grupos heterogéneos, à selecção de actividades e recursos diferenciados, à gestão do tempo, à motivação dos alunos... No entanto, em muitos casos, estas dificuldades decorrem na natural heterogeneidade dos grupos, a qual continua a ser ignorada na prática docente. Nesse sentido, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais poderá constituir um analisador profissional, pondo em evidência preocupações e dificuldades pré-existentes na prática docente.

Perante este cenário, toma-se imprescindível assegurar, na formação inicial e contínua de professores, o desenvolvimento de competências e atitudes que permitam um maior conhecimento sobre estes alunos e sobre os processos de gestão e organização da escola e do grupo ou turma, que tenham em conta a diversidade da população escolar.

3. 2. DIFERENTES FASES DO PROCESSO DE INCLUSÃO.

É possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

- Marginalização: atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população.
- Assistencialismo: atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar protecção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.
- Educação/reabilitação: atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão:

- Fase de Exclusão: período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

- Fase da Segregação Institucional: neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.
- Fase da Integração: algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.
- Fase de Inclusão: todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades **(SASSAKI, 2006)**.

3. 3. ESCOLA E FAMÍLIA: TRABALHO DE EQUIPA

O trabalho colaborativo entre os docentes, as famílias, os psicólogos e os restantes elementos da equipa que acompanha a criança é essencial. Cada técnico, com a sua especialidade, ajudará a família e a criança nas seguintes áreas de intervenção: Estimulação sensorial (por exemplo, reagir a estímulos visuais); motricidade (por exemplo, controlar a postura); actividades da vida diária (por exemplo, alimentação; vestir; higiene); comunicação; relações interpessoais (por exemplo, reagir ao contacto físico com outra pessoa); cognição (por exemplo, adquirir noções de tamanho, cor e forma); ocupação (por exemplo, realizar trabalhos em madeira); Tempos livres.

3.4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

O envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade e de muita importância. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interacção maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras do preconceito e da discriminação, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil **(ARRUDA; ALMEIDA, 2004)**.

4. DADOS ESTATÍSTICAS

Em Angola não temos bases de dados para as crianças com necessidades especiais, mas estima-se que 200.000 pessoas têm deficiências especiais com predomínio de deficiências mentais. Luanda tem 216 escolas de inclusão, 3 escolas especiais, 710 professores de ensino especiais de inclusão e 4.700 alunos com necessidades especiais matriculados no ano lectivo 2019 (**Fonte: TPA**).

Segundo a OMS, mais ou menos 10% dos indivíduos têm deficiências especiais e o transtorno global de desenvolvimento (autismo) afecta 1/700 crianças no mundo.

5. METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho todas as informações foram analisadas com o objectivo de analisar a política da educação inclusiva dentro do contexto de socialização e de aprendizagem, na articulação do processo de identificação e diagnóstico de crianças com necessidades especiais, o delineamento metodológico teve como suporte a utilização da metodologia qualitativa, apoiada pela técnica bibliográfica diversificada sobre o assunto que permitiu colectar dados importantes dispostos em arquivos bibliográficos, obras publicados e editados por diversos autores interessados no estudo da problemática referente a criança com necessidades especiais e sua inclusão no ensino regular.

6. CONSIDERAÇÃO FINAL

Através da realização da pesquisa bibliográfica, foi possível alcançar os objectivos propostos de analisar a política da educação inclusiva dentro do contexto de socialização e de aprendizagem, na articulação do processo de identificação e diagnóstico de criança com necessidades especiais.

A pedagogia e a escola devem ser centradas na criança e precisam atender as necessidades dela. Os conferencistas de Salamanca acreditam que as escolas regulares que possuem as características pedagógicas supracitadas, de orientação inclusiva, são o meio mais eficaz para promover uma sociedade inclusiva, não discriminatória, além de realizar uma educação efectiva a seus alunos, aperfeiçoar e otimizar os recursos e minorar os custos de todo o sistema educacional.

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível (necessária) uma participação

mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, a falta de preparação dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais **(ELZABEL; MARIA 2008)**.

7. BIBLIOGRAFIA

Arruda, Marco Antônio; Almeida Mauro de Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, p. 16, 2014.

Beltrão MRLR, Vasconcelos MGL, Pontes CM, Albuquerque MC. Câncer infantil: percepções maternas e enfrentamento frente ao diagnóstico. J. Pediatr. 2007; 83 (6): 562-566.

Declaração de Salamanca e linha de acção sobre necessidades educativas especiais, UNESCO 1994.

Elzabel Maria Alberto Frias, Maria Christine Berdusco Menezes, Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular, 2008.

Patrícia Bettiol Abe, desempenho funcional nas atividades de rotina escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na perspectiva do professor, p 18-19, Marília 2009.

Sassaki, Romeu K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.